

LINHA CLÁSSICA DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA UMA PERSPECTIVA OPTIMISTA SOBRE A SUA EVOLUÇÃO

María Norberta Amorim

Passados que são quase três décadas sobre a minha primeira aproximação à Demografia Histórica, acredito hoje que a nossa disciplina é ainda muito jovem, tendo apenas sido lançados os alicerces de uma importante via de investigação entre a Demografia e a História. Há ainda que alisar leitos e considerar as divisórias.

De facto, o meu optimismo em relação ao futuro não está isento de um certo receio. Receio da diluição do próprio conceito de Demografia Histórica sem que a aplicação disciplinar tenha tido oportunidade de explorar as suas virtualidades.

Não tendo sentido neste momento confundir Demografia Histórica e Demografia *sem mais*, parece-me também muito arriscado confundir Demografia Histórica e História da População.

História da População é para mim um conceito abrangente, que integra e se enriquece com a Demografia Histórica, mas não se pode confundir com ela. Fontes diversas podem perspectivar o evoluir da População desde os mais remotos períodos da existência do homem. Só quando essas fontes permitem a análise demográfica terá sentido falar de Demografia Histórica. Assim, os dois conceitos não se colocam em oposição, nem mesmo em paralelo. As problemáticas da História da População inspiram naturalmente o historiador demógrafo ou demógrafo historiador, se preferirmos. O labor do historiador demógrafo interessa à História da População que, por esse labor, pode ir mais longe na compreensão dos ritmos de reprodução do homem nos últimos séculos.

Demografia *sem mais* é outro conceito abrangente que integra e se enriquece com a Demografia Histórica. Os objectivos da Demografia são naturalmente perseguidos pelo historiador demógrafo e o labor deste alicerça a ciência demográfica.

Tanto a História como a Demografia *sem mais* recolherão vantagens se a Demografia Histórica não abdicar de uma clara definição disciplinar.

As metodologias de rigor aplicadas sobre informação massiva imprimem hoje *novo tom* à investigação histórica. Para os períodos moderno e contemporâneo, as *bases de dados* construídas pela Demografia Histórica podem perspectivar uma nova História da Família e, mais geralmente, uma nova História Social, ao mesmo tempo que a História da População se vê enriquecida.

As vantagens para a Demografia ainda só se perspectivam. Os demógrafos do contemporâneo não deixam de levantar questões para as quais não encontram respostas pelas análises que lhe são próprias no espaço temporal em que se movimentam. A micro-análise, típica da Demografia Histórica, está mais preparada para perseguir as raízes dos comportamentos diferenciais que interessam ao nosso tempo e está mais preparada para cruzamento com variáveis influentes, mas de difícil medida, como são as variáveis culturais.

No entanto, embora essa afirmação disciplinar se possa afigurar necessária, poucos serão ainda os investigadores que se identificam como historiadores demógrafos. Uns apresentam-se como historiadores da população, historiadores sociais ou historiadores da família, outros como economistas, sociólogos ou antropólogos, médicos ou demógrafos *sem mais*. Aproximam-se da disciplina, atraídos pelas fontes, pelas metodologias ou pelo campo histórico, mas poucos investem nela assumindo as dificuldades de uma formação completa e os riscos da sua exigente prática.

Eu própria, apesar de uma tão longa aplicação na disciplina, não sei se me atreveria a apresentar-me como historiadora demógrafa. Com formação de historiadora, pertencendo a uma geração de pioneiros que se submergiu sem guia numa informação histórica massiva, só ficaram ao meu alcance técnicas elementares de análise demográfica. Entendo que um sociólogo ou demógrafo da minha geração, que trabalhe em Demografia Histórica, poderá ter enfrentado também grandes dificuldades com as fontes e metodologias his-

tóricas, dificuldades que, por não serem tão visíveis, poderão ser cientificamente mais perigosas.

Consideremos contudo que as dificuldades da geração dos pioneiros não são, necessariamente, as dificuldades dos mais jovens. Estes, beneficiando de uma formação curricular adequada, com componentes de História e de Demografia, beneficiando de uma evolução notável nos recursos técnicos e contando com o testemunho positivo dos mais velhos, poderão conduzir a disciplina, com sucesso, a caminho da maturidade.

No entanto, o trabalho no *núcleo duro* da Demografia Histórica, a reconstituição de famílias/paróquias sofre hoje de uma espécie de campanha de desmotivação. Inventariam-se as dificuldades e as limitações desse trabalho mais do que as suas virtualidades e apregoa-se insistentemente a fase difícil da disciplina e o abandono pelas novas gerações da sua linha clássica.

Como *resistente* dessa linha clássica da Demografia Histórica, estando em condições de dar testemunho de custos e benefícios, a minha perspectiva é de um futuro promissor. Como razões para o meu optimismo coloco o poder atractivo das fontes históricas, quer se trate de registos de actos vitais, quer de listas de residentes, as potencialidades técnicas actuais que aportam maior eficácia às metodologias e ainda, e principalmente, o entusiasmo, isento de preconceitos, dos jovens investigadores.

As *dúvidas* apontadas por Jacques Dupâquier em 1984 (pp. 91-121) sobre a evolução da disciplina: o rendimento do trabalho e o problema dos efectivos, a estreiteza do campo de observação, a representatividade e a significação dos resultados e mesmo as *enfermidades* do modelo monográfico, podem hoje ser matizadas. É importante que não se abandone um campo de investigação tão profícuo sem fazer um cuidado ponto da situação, que passe por um debate entre investigadores. Em boa hora a ADEH fomenta esse debate.

Uma imagem comum do historiador demógrafo clássico, que deixou de ser correcta, é a de um investigador que *consome* anos de vida a recolher e organizar os registos paroquiais de uma pequena comunidade, escolhida sem critérios científicos, para um horizonte de tempo a custo bisseccular, algures entre o século XVII e o XVIII, repetindo conhecimentos supostamente já adquiridos e ignorando as grandes questões que afectam a transição para a contemporaneidade.

De facto, o fraco rendimento do trabalho do historiador demógrafo pode advir mais de problemas metodológicos do que de dificuldades com a *leitura* das fontes. O trabalho sobre as fontes é um trabalho típico de historiador que, passando pela leitura paleográfica, incide, principalmente, no exercício da crítica histórica. No que respeita a problemas metodológicos, a questão não é tão simples. A Demografia Histórica nasce precisamente com Louis Henry e o aparecimento de um método científico de análise demográfica fundado sobre a reconstituição de famílias. No entanto, essa metodologia, preparada sobre os registos paroquiais de França, não deixou de ter problemas ao aplicar-se aos registos paroquiais de outros países. Depois, quando se pretendeu ultrapassar o objectivo inicial de Henry, de estudo da fecundidade dita «natural», os obstáculos foram surgindo e a visão de síntese restou comprometida. No entanto, esse não é um cenário actual. Preservadas as fontes e consideradas as suas limitações, novos recursos metodológicos enriquecem hoje a Demografia Histórica, mesmo na sua linha clássica.

Não escamoteamos os obstáculos que se enfrentam. Reconstituir famílias/paróquias é um delicado trabalho, necessariamente moroso. Neste momento esse trabalho identifica-se com a Demografia Histórica, mas o seu interesse está a ser descoberto por historiadores da família, por historiadores da sociedade e também por geógrafos. O desenvolvimento necessário da história da Família e da História Social poderá conduzir a curto prazo à reconstituição das famílias/paróquias com objectivos diferentes dos da Demografia Histórica. Por outro lado, a investigação genealógica atrai grandes camadas da população.

A reconstituição de famílias/paróquias, sendo antes de mais um trabalho de historiador em que a crítica da fonte é fundamental, principalmente para o período anterior ao século XVIII, presta-se, contudo, ao trabalho em equipa e, em fases determinadas, à integração de técnicos. Encaramos esse trabalho como um acto de valorização de património documental que interessa aos centros universitários, mas também pode interessar aos arquivos e até às autarquias locais. As *bases de dados* formadas estariam assim ao alcance de um leque mais alargado de investigadores e mesmo ao alcance de uma curiosidade comum pelas *raízes*.

Embora essa seja uma perspectiva de futuro, hoje mesmo reconstituir uma paróquia de menos de mil habitantes por espaço de

três séculos pode levar, em dedicação exclusiva, menos de seis meses para um investigador treinado; a fase de reconstituição de famílias levará três meses. Embora as dificuldades de um iniciado sejam mais dificilmente mensuráveis, os problemas do rendimento do trabalho e dos efectivos, colocados por Dupâquier, não têm a mesma acuidade de antes. É certo que um jovem investigador, ao pretender reconstituir uma pequena paróquia com objectivos de análise demográfica, mesmo que seja pelo espaço de pouco mais de dois séculos, terá de enfrentar muitas dificuldades que não acabam com o finalizar do trabalho técnico. A microanálise demográfica em largo período histórico é muito exigente, se se pretender a compreensão da evolução dos comportamentos. O problema de uma periodização adequada impõe-se. Compreender a evolução de uma população num período longo pelo jogo de variáveis, exige um grande investimento que os trabalhos académicos, mesmo a nível de doutoramento, dificilmente comportam. No entanto, um novo *modelo monográfico*, pelas virtualidades que pode comportar, facilitando o cruzamento de variáveis económicas e culturais com as variáveis demográficas, necessita de ser trabalhado. Lançar projectos em que os jovens se integrem, com participação de diferentes especialistas, parece ser o caminho a seguir.

Penso que interessará neste momento dar testemunho da minha própria experiência e do trabalho que hoje se desenvolve em Portugal na linha clássica da Demografia Histórica, justificando o meu optimismo de partida.

Considerarei primeiro algumas limitações das fontes portuguesas e a resposta que se está a dar aos problemas metodológicas. Darei conta de um projecto em curso e, em bibliografia, de produção conhecida em Portugal com base na reconstituição de famílias/paróquias.

1. Os registos paroquiais portugueses

Conhecemos, por publicação da Secretaria de Estado da Cultura e Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, o *Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais* Portugueses, à excepção dos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Esses registos encontram-se, na sua maioria, depositados nos arquivos distritais respectivos, mas

também em arquivos diocesanos (Bragança e Lamego) e concelhios (Elvas e Guimarães), além de exemplares dispersos que se encontram no Arquivo Central/Torre do Tombo e que não pertencem ao distrito de Lisboa.

Analisando o *Inventário*, verificamos que menos de 3% das paróquias portuguesas dispõem de registos paroquiais anteriores a 1550. Passado um século, já 71% das paróquias referidas possuem registos paroquiais de algum tipo. No entanto a desigualdade entre os distritos é muito grande. Enquanto o distrito do Porto, o caso mais favorecido, conta 90% das suas paróquias com registos anteriores a 1650, Vila Real só atinge as 35%, situando-se os restantes distritos em posição intermédia. Acontece que, para o historiador demógrafo, interessa não tanto a marcada antiguidade dos registos, mas principalmente a conservação das três séries em continuidade e em paralelo, situação bem mais problemática no caso português. Analisando o *Inventário* sob essa perspectiva, verificamos que só 30% dos registos iniciados antes de 1650 apresentam, para o Antigo Regime, séries não lacunares ou com lacunas pouco significativas, na perspectiva de análise demográfica. O distrito que conserva melhor os seus registos paroquiais é ainda o do Porto com 73% de registos anteriores a 1650 com qualidade satisfatória, seguindo-se o de Coimbra com 57%. O distrito de Bragança, o caso mais extremo, apenas dispõe de 5% de paróquias com registos não lacunares e anteriores à segunda metade do século XVII. A situação geral mais favorável para o século XVIII não chega para atenuar significativamente as diferenças.

Mesmo dispondo de séries contínuas, os registos de nascimentos, casamentos e óbitos portugueses podem satisfazer ou não as exigências do investigador actual. Sabemos que, antes de 1680, a crítica de fonte terá de ser mais cuidada, na medida em que o rigor dos assentos e o registo sistemático depende muito do perfil do redactor paroquial. Posteriormente, as «visitas» sistemáticas dos delegados diocesanos, com aplicação de multas, constroem o cumprimento das normas expressas nas Constituições dos Bispos e dos decretos que as foram actualizando.

No caso dos assentos de baptismo, na medida em que, em regra, decorria um tempo curto entre o nascimento e o baptismo e a identificação dos casais com filhos é satisfatória, se não encontramos sub-registo de actos, poderemos, mesmo sobre os registos mais antigos,

basear as análises pretendidas. A partir da primeira metade do século XVIII encontramos referência aos avós das crianças baptizadas.

No que respeita aos filhos ilegítimos, que atingem percentagens bastante elevadas no Nordeste do país, apesar das proibições constitucionais de indicação do nome do pai, durante o século XVII essa indicação é frequente, enquanto a identificação da mãe é geralmente sumária e quase sempre insatisfatória. Quando entramos no século XVIII na identificação das mães de filhos ilegítimos já são integradas a filiação e a naturalidade.

Podemos afirmar que, no caso português, os registos de casamento são aqueles que menos problemas trazem no processo de identificação dos indivíduos. Na medida em que o casamento condiciona uma relação familiar, relação normalmente consequente em termos de um futuro reprodutivo, é quase sempre fácil identificar no momento, ou por cruzamentos posteriores, os mais directos intervenientes no acto.

No que respeita aos registos de óbitos os problemas são bem mais complicados para o investigador que pretende identificar cada defunto. Com grande frequência, mesmo para o século XVIII, os defuntos são referidos apenas pelo nome e apelido, eventualmente residência e naturalidade, sem que se aponte alguma ligação familiar que nos facilite a identificação num conjunto de homónimos. A tecnologia informática pode dar vantagens ao processo, mas, em muitos casos, particularmente o de indivíduos solteiros com nomes e apelidos comuns, a identificação restará comprometida.

Contudo, o maior problema dos registos de óbitos portugueses é, para grandes zonas, o sub-registo sistemático de menores de sete anos que chega a prolongar-se até 1860. No entanto, mesmo na arquidiocese de Braga, onde a lacuna é mais persistente, podem encontrar-se em algumas paróquias registos de mortalidade infantil anterior ao século XVIII. O caso de Esporões, estudado por Hermínia Barbosa é um exemplo feliz (1996: 157-192).

Apesar dos problemas que levantam ao investigador, numa perspectiva histórica os registos de óbitos portugueses apresentam-se de maior riqueza documental do que os registos de baptismo ou casamento. Na generalidade dos casos e principalmente a partir da segunda metade do século XVII, os párocos, além de referirem o nome do defunto e a data do óbito, têm a preocupação de registar a recepção ou não dos sacramentos, a feitura ou não de testamento, o

nome do testamenteiro e/ou herdeiro, a mortalha, o acompanhamento, o local de sepultura, os legados pios, e, por vezes, mesmo os legados profanos. Essas indicações podem apresentar-se muito importantes não só numa perspectiva de História Social e Cultural, facilitando também os estudos demográficos diferenciais, autêntica chave para muitas questões que as estatísticas globais não deixam perceber.

Além dos registos de baptizados, casamentos e óbitos, outros registos paroquiais assumem uma importância particular, tanto para a História como para a Demografia. É o caso dos «róis de confessados», infelizmente não sujeitos a depósito em arquivos públicos. Destruídos para a maior parte das paróquias, ainda há hoje possibilidade de recuperação de algumas séries.

2. Metodologias

As dificuldades de aplicação da metodologia de Fleury-Henry aos registos paroquiais portugueses revelaram-se muito grandes, sendo o primeiro grande obstáculo a falta de linearidade na transmissão dos apelidos. Com frequência os filhos não usam nenhum dos apelidos usados pelo pai ou pela mãe, preferindo-se o de um avô, entrado em desuso na geração intermédia. Virgínia Rau, que trouxe para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ainda nos anos cinquenta, o interesse pelos registos paroquiais (expresso logo em 1959 com a publicação, da autoria de Maria de Lourdes Akola Neto, de *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º quartel do século XVIII*, pelo Centro de Estudos Demográficos do I.N.E.), admitia não ser possível a reconstituição de famílias para o Antigo Regime português. Na década de 1960 e até 1974, proliferaram nas três Universidades, Lisboa, Coimbra e depois no Porto, trabalhos com levantamento nominativo, mas para períodos de observação curtos, sem possibilidade de chegar à reconstituição de famílias.

Iniciou-se, com uma metodologia diferente da de Fleury-Henry, no fim da década de sessenta, o primeiro trabalho de «reconstituição de famílias» para o Antigo Regime em Portugal, trabalho académico sobre a paróquia de Rebordãos (Trás-os-Montes), do início do século XVII a 1800, apresentado na Faculdade de Letras do Porto

em 1971 (Amorim, 1973). Depois, só nos anos oitenta esse trabalho toma novo fôlego com a publicação de outras duas monografias de paróquias transmontanas, Cardanha, entre os finais do século XVI e 1800 (Amorim, 1980) e Poiães de Freixo, dos finais do século XVI a 1830 (Amorim, 1983/84) e principalmente com um estudo demográfico que envolve uma análise comparativa entre quatro paróquias urbanas, duas suburbanas e quatro rurais enquadrantes de Guimarães (Baixo Minho), entre 1580 e 1820 (Amorim, 1987). Nos anos noventa, utilizando a tecnologia informática, publica-se pela primeira vez uma monografia baseada na *reconstituição* de três paróquias do Sul da ilha do Pico, nos Açores, de 1680 a 1980, cruzando já na «base de dados» não só a informação dos registos paroquiais, mas róis de confessados e registos de passaportes (Amorim, 1992). Este último trabalho foi seguido de perto por outra monografia de uma paróquia rural do Baixo Minho, Alvito-S. Pedro (Miranda, 1993), multiplicando-se posteriormente a produção académica na mesma linha, envolvendo paróquias dos distritos de Braga, Porto, Aveiro e Faro, como se referirá.

A reconstituição de paróquias (Amorim, 1991) não é mais do que a desagregação, usando os recursos informáticos, de um ficheiro de famílias num ficheiro de indivíduos, retendo a informação pertinente do primeiro e o encadeamento genealógico e abrindo o último a um processo contínuo de enriquecimento, por incorporação de eventuais dados novos.

O ficheiro de indivíduos possibilita-nos um avanço novo na análise demográfica, fundamentalmente no que respeita a situações pessoais, como o celibato, a emigração isolada ou a morte, facilitando depois a visão de síntese e a definição dos sistemas demográficos do passado. O cruzamento do percurso vital de cada indivíduo com listas de residentes, como os róis de confessados, e registos de passaportes, permite um novo olhar sobre os fenómenos demográficos de mais difícil abordagem em Demografia Histórica- a Mobilidade e a Mortalidade (Amorim, 1992; Miranda, 1993). O cruzamento com outras fontes, como listas fiscais (J. Adriano Janeiro, 1997: 367-415), livros de prazos (Carvalho, 1997) ou até a exploração das assinaturas dos registos de casamento (Justino Magalhães, 1994) vão permitindo um avanço interessante na História Social, na Geografia Histórica e na História da Cultura Popular.

3. Um projecto de investigação

Podendo escolher facilmente entre as paróquias portuguesas aquelas que oferecem boas condições de observação, dispondo de uma metodologia que permite organizar essa informação, havendo entusiasmo por parte de um volume apreciável de investigadores, criaram-se as condições para o lançamento de um projecto a nível nacional. Surgiu com o nome *Informatização normalizada de arquivos. Reconstituição de paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar* (1995).

Sendo objectivo desse projecto contribuir para a compreensão das assimetrias regionais em Portugal, com base em acções de investigação centradas em zonas do interior do Continente e da Região Autónoma dos Açores, possibilitando uma perspectiva mais correcta da evolução da população e da sociedade portuguesa desde o século XVI e promovendo o progresso da História das Populações, foram definidas as seguintes medidas selectivas:

a) Despiste de existências de registos paroquiais em duas áreas em que a recolha para os arquivos diocesanos ou para os arquivos distritais não foi sistemática- Dioceses de Bragança-Miranda e Lamego.

b) Inventariação e reprodução em microfilme da documentação de interesse para a História das Populações que eventualmente sobrevive em arquivos diversos, diocesanos, paroquiais e outros nos concelhos de Braga, Esposende e Guimarães (onde um maior investimento prévio já foi desenvolvido em reconstituição de paróquias), como sejam inventários, livros de tombo, traslados de testamentos, livros de usos e costumes, livros de visitasões, róis de confessados, livros de sepulturas, livros de Confrarias, entre outros.

d) Descentralização, da Universidade para os Arquivos, de acções de valorização de património documental, como é o caso da reconstituição de paróquias. Insistimos em que as potencialidades de *bases de dados*, organizadas pelo cruzamento da informação dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos, com ficheiros de famílias e ficheiros biográficos em encadeamento genealógico, não se esgotam numa determinada disciplina científica, mesmo que se trate da Demografia Histórica. Essa informação pode ser utilizada por diferentes especialistas, não só das ciências sociais mas também por biólogos ou médicos. Uma vez organizado, esse trabalho deve

constituir património acessível à comunidade científica e ao homem comum e, nesse sentido, deve depositar-se nos Arquivos. Por outro lado, tratando-se a reconstituição de paróquias de um trabalho técnico, embora exigindo uma aturada preparação específica, está de acordo com as novas funções assumidas pelos Arquivos, apoiados nas novas tecnologias informáticas. Pela convergência de esforços entre investigadores e técnicos, poderemos avançar para uma acção de grande efeito em termos de valorização de património. Foram escolhidos no projecto cinco arquivos- piloto, de Braga, Viseu, Beja, Angra do Heroísmo e Horta, onde as acções de reconstituição de paróquias são levadas a efeito por técnicos apoiados pelos investigadores, beneficiando da sensibilização para esse trabalho por parte dos responsáveis desses arquivos.

Acções de sensibilização junto de outros responsáveis, com resposta positiva, pode conduzir ao alargamento da acção a outros arquivos.

e) Reforço da investigação interdisciplinar em duas vertentes: pela orientação conjunta de dois ou mais especialistas a mestrandos e doutorandos que escolheram desenvolver as suas dissertações sobre *bases de dados* organizadas pela metodologia de reconstituição de paróquias; pelo aprofundamento do diálogo entre os especialistas que integram o projecto, mercê de ensaios conjuntos em Demografia Histórica, Biodemografia, História Social e História da Cultura Popular.

Passado que vai o primeiro ano de vigência do projecto, que tinha, à partida, um horizonte de três anos, a experiência afigura-se-nos como positiva, o diálogo entre historiadores de perfil diferenciado, informáticos, demógrafos, biólogos, um sociólogo e um antropólogo, vai sendo possível. A maior aposta é contudo a integração de algumas dezenas de jovens investigadores ligados a projectos de docência na Universidade do Minho e no Instituto Superior de Ciências de Trabalho e Empresa ou ligados ao Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho.

Para finalizar o meu testemunho optimista, que se documenta na produção bibliográfica, insisto na ideia de que a identificação dos residentes nas comunidades paroquiais pode revolucionar, para os últimos quatro séculos, a História da Família e a História Social, como está a revolucionar a História Demográfica. Essa identificação é tornada possível pela existência de registos sistemáticos de bap-
ti-

zados, casamentos e óbitos sobre os quais se aplique uma metodologia adequada que permita o cruzamento interparoquial e o estudo de áreas geográficas sucessivamente alargadas. É importante distinguir trabalho técnico de investigação científica e é sensato que só se abandone a aplicação disciplinar quando esta perder as suas virtualidades. Não me parece ser o caso da Demografia Histórica.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes, 1986, *Uma Comunidade Rural do Vale do Ave - S. Tiago de Bougado, 1680-1849 (estudo demográfico)*, dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1989, «Fecundidade natural no Vale do Ave - O exemplo de Bougado (1680-1849)», *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto.,199-213.
- AMORIM, Maria Norberta (coord.), 1995, *Informatização normalizada de Arquivos. Reconstituição de paróquias e História das Populações. Um projecto interdisciplinar*, Braga, Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta, 1973, *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- AMORIM, Maria Norberta, 1980, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua População de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E.
- AMORIM, Maria Norberta, 1981, «Subsídios dos registos de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira para um estudo da sociedade vimaranense dos séculos XVII e XVIII», in *Actas do Congresso Histórico sobre Guimarães, e a sua Colegiada*, vol. III.
- AMORIM, Maria Norberta, 1983, *Exploração de róis de confessados duma paróquia de Guimarães*, Guimarães, ed. autor.
- AMORIM, Maria Norberta, 1983/84 «S. Pedro de Poiães de 1561 a 1830», in *Brigantia*, Vol. III, 3-144, 273-304, 377-418, 531-576, Vol. IV, 183-218, 311-333.
- AMORIM, Maria Norberta, 1987, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C..
- AMORIM, Maria Norberta, 1990, «A família e a sua relação com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675-1980)», *Cadernos do Noroeste*, Vol 3.
- AMORIM, Maria Norberta, 1991, «Demografia Histórica (Antigo Regime)», *Ler História*, 21.
- AMORIM, Maria Norberta, 1991, «Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX-1, 7-25
- AMORIM, Maria Norberta, 1992, *Evolução da População em Três Paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta, 1992, «Reconstituição de paróquias e estudo das migrações internas. O caso de uma paróquia minhota no Antigo Regime», *Cadernos do Noroeste*, Vol. 5 (1-2), 125-140.
- AMORIM, Maria Norberta, 1993, «Emigração em três paróquias do Sul do Pico (finais do século XVIII a 1939). Abordagem micro-analítica», *Emigração, Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 249-277.
- AMORIM, Maria Norberta, 1994, «Reconstituição de paróquias e estudo das migrações internas. O caso de uma paróquia minhota no Antigo Regime», in EIRAS ROEL, António e REY CASTELAO, Ofélia (edit.), *Migraciones internas y medium-distance en la Peninsula Iberica (1500-1900)*, Santiago de Compostela, 383-398.
- AMORIM, Maria Norberta, 1993, «Nupcialidade e fecundidade diferenciais. Evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores)», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XI-2.
- AMORIM, Maria Norberta, 1995, *Demografia Histórica. Um programa de docência*, Braga, Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta, 1995, «História da Família em Portugal. Uma História em marcha», *Ler História*, nº 29, 5 -18.
- AMORIM, Maria Norberta, 1995, «Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime. Um ensaio sobre Guimarães», *Ler História*, nº 29, 27- 44.
- AMORIM, Maria Norberta, 1995, «Reconstituição de paróquias e micro-análise demográfica. Uma proposta de diálogo entre historiadores e demógrafos», in *População Portuguesa- História e Prospectiva*, Centro de Estudos da População e Família, Faculdade de Letras do Porto, 93-107.
- AMORIM, Maria Norberta, 1995, «Reconstituição de paróquias e análise demográfica. Estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850», in REHER, David, *Reconstituição de Famílias e outros métodos micro-analíticos para a História das Populações. Estado actual e perspectivas de futuro*, *Actas do III Congresso da ADEH*, Vol I, Porto, Edições Afrontamento, 35-64.
- ARAÚJO, Marta Lobo, 1992, *O Pico de Regalados e a Sua População (1554-1979)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- AZEVEDO, Rodrigo, 1995, «A importância da Reconstituição de paróquias para a história da alfabetização, da escolarização e da cultura no Portugal contemporâneo», in REHER, David, *Reconstituição de Famílias e outros métodos micro-analíticos para a História das Populações. Esta-*

- do actual e perspectivas de futuro, Actas do III Congresso da ADEH, Vol I, 102-113.
- BARBOSA, Maria Cecília Ribeiro de Azevedo, 1997, *Cervães. 1645-1810. Estudo demográfico*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira e OLIVEIRA, Alberto José da Cunha, 1996, «Reconstituição de paróquias e aprofundamento dos estudos de mortalidade», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 7, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 251-282.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira, 1996, «Esporões (Braga), 1590-1709. Um caso de mortalidade infantil e juvenil», in NASH, Mary e BALLESTER, Rosa (coord), *Mulheres, trabalho e reprodução. Atitudes sociais e políticas de protecção à vida*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol.2, Porto, Edições Afrontamento, 157-192.
- CARVALHO, Elza Mª Gonçalves Rodrigues, 1995, in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- COSTA, Francisco, B., 1994, *S. João Baptista de Canelas. Uma comunidade rural da Terra de Santa Maria. Estudo demográfico, 1588-1808*, Vila Nova de Gaia, Afonso's eiro, edições.
- DUPÂQUIER, Jacques, 1984, *Pour la Démographie Historique*, Paris, P.U.F., 1984.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo, 1997, *Calvão, uma paróquia do Alto Tâmega (1670-1870)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- FERREIRA, João Antero Gonçalves, 1995, «Estratégias de descendência: a reprodução social de duas famílias vizelenses», in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- FONTE, Teodoro Afonso, 1995, «Contexto social e problemática do abandono de crianças no âmbito da reconstituição de paróquias. O exemplo de Ponte de Lima nos séculos XVIII e XIX», *Micro-análise de larga duração*, in *Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- FONTE, Teodoro Afonso, 1996, «Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e abandono de crianças em Ponte de Lima (1675-1874)», in PÉREZ MOREDA, Vicente (coord), *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol 3, Edições Afrontamento, Porto, 187-204.
- GOMES, Maria Palmira da Silva, 1996, *Estudo do comportamento demográfico da População de Cortegaça (1583-1974)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- JANEIRO, José Adriano, 1995, «A comunidade local de Santiago de Lordelo. Alguns resultados preliminares», in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- JANEIRO, José Adriano, «Os Quartos da freguesia de S. Tiago de Lordelo. Um estudo de caso», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 7, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 365-416.

- LAGE, Mª Otilia Pereira Lage, «Trajecto de pesquisa num espaço rural de industrialização difusa no Norte de Portugal: reflexão metodológica», in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- LOBO, Marta e MIRANDA, Fernando, 1995, «Evolução da fecundidade em duas paróquias minhotas- uma perspectiva comparada», in REHER, David, *Reconstituição de Famílias e outros métodos micro-analíticos para a História das Populações. Estado actual e perspectivas de futuro*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol I, Edições Afrontamento, 65-88.
- MACHADO, Maria Arminda Loureiro, 1996, *Evolução Demográfica de Uma Paróquia do Alto Minho - S. Miguel da Facha (Ponte de Lima)- 1710-1990*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- MAGALHÃES, Justino Pereira, 1996, «Escolarização, sociedade e desenvolvimento em Guimarães na transição do Antigo Regime», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 7, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 417-430.
- MAGALHÃES, Justino Pereira, «Demografia e Alfabetização no Vale do Ave na transição do Antigo Regime», in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- MAGALHÃES, Justino, 1994, *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*, Instituto de Educação, Universidade do Minho.
- MAIA, Rui Leandro A. Costa, 1996, *S. Miguel de Barreiros e a sua População de 1700 a 1925*, Porto.
- MAIA, Rui Leandro da Costa (1995), in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- MESQUITA, Maria Hermínia de Morais, 1995, *Evolução Demográfica na Criação Velha. Paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- MESQUITA, Maria Hermínia, 1995, «Mortalidade Infantil na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (sécs XIX e XX)», in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- MIRANDA, Fernando, 1993, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa (1567-1989)*, Barcelos.
- NETO, Maria de Lourdes Akola, 1959, *A freguesia de Santa Catarina de Lisboa no primeiro quartel do século XVIII. Ensaio de Demografia Histórica*, Lisboa, publicações do Centro de Estudos Demográficos do I. N. E.
- NEVES, António Augusto Amaro, 1995, *A ilegitimidade no Minho Antigo: o exemplo do Norte de Guimarães*, in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- NEVES, António Augusto Amaro, 1996, *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães (Séculos XVI-XVIII)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.

- NEVES, António Augusto Amaro, 1996, «História das Populações: balanço e perspectivas», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 7, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 655-662.
- PINTO, José António de Faria, 1997, *Estudo Demográfico de uma paróquia algarvia: Conceição de Tavira (séculos XVIII-XIX)*, dissertação de mestrado, I.S.C.T.E.
- RAU, Virgínia, 1961, *Estudos de História Económica*, Lisboa, Ática.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, 1995, «Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias. Uma comparação metodológica», in REHER, David, *Reconstituição de Famílias e outros métodos micro-analíticos para a História das Populações. Estado actual e perspectivas de futuro*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol I, Edições Afrontamento, 89-100.
- SILVA, Maria Manuela Teixeira Ferreira, 1995, «A nupcialidade em Santa Maria de Aveleda (1580-1993)», in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- SILVA, Maria Manuela Teixeira Ferreira, 1996, «A ilegitimidade em Cambeses S. Tiago», in PÉREZ MOREDA, Vicente (coord), *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol 3, Porto, Edições Afrontamento, 159-186.
- SOARES, Odete do Carmo Santos, 1995, *Unhão: Paróquia e concelho. Uma análise da sua população (1625-1910)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- SOARES, Odete do Carmo Santos, «Reconstituição de paróquias e categorias sócio-profissionais no Antigo Regime», in *Micro-análise de larga duração, Pré-Actas do IV Congresso da ADEH*, Bilbao.
- SOARES, Odete do Carmo, 1996, «Reconstituição de paróquias e História Local», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. 7, Câmara Municipal de Guimarães/Universidade do Minho, 151-176.